



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL  
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



*A MAÇONARIA  
DA ERA VARGAS  
À CONSTRUÇÃO  
DE BRASÍLIA*

Márson Alquati

© 2019 by Márson Alquati.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Autorizo a reprodução e divulgação total e/ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

### FICHA CATALOGRÁFICA

**G002c19**

Alquati, Márson, 1972 –

***A Maçonaria da Era Vargas à Construção de Brasília.*** Márson Alquati – 2019.  
– Nova Roma do Sul, RS – Entre Colunas: Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas: História da Maçonaria/A Maçônica História do Brasil.

28 páginas.

1. Maçonaria. 2. História do Brasil. 3. Sociedades Secretas. 4. Era Vargas.

**G002c19**

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

### Como citar este documento:

ALQUATI, Márson. *A Maçonaria da Era Vargas à Construção de Brasília*. In: História da Maçonaria: A Maçônica História do Brasil. Nova Roma do Sul, RS: Entre Colunas Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas, 2019. Disponível em: <https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>. Acessado em: \_\_/\_\_/\_\_.

Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

## **SUMÁRIO**

|                                                              |    |
|--------------------------------------------------------------|----|
| I – A MAÇONARIA DA ERA VARGAS À CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA ..... | 04 |
| II – A REVOLUÇÃO DE 1930 .....                               | 05 |
| III – A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932 .....           | 08 |
| IV – A CONSTITUINTE DE 1934 .....                            | 16 |
| V – OUTROS FATOS RELEVANTES DE 1934 ATÉ 1960 .....           | 19 |
| VI – O ESTADO DE MARACAJÚ .....                              | 22 |
| VII – A MAÇÔNICA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA .....                | 23 |
| VIII – BIBLIOGRAFIA .....                                    | 28 |



# ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL  
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



## *A MAÇONARIA DA ERA VARGAS À CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA*

**Saio da vida para entrar na História!**

*[Getúlio Vargas].*

## **A REVOLUÇÃO DE 1930**

O ano de 1930 começava, para todo o Brasil, sob o signo da intranquilidade. A par da grande depressão econômica, oriunda da crise mundial de 1929, havia grande perturbação nas esferas políticas, em decorrência da crise que o País atravessava, com a violenta queda da estrutura econômica, baseada na exportação do café.

Deste o início da República até 1930, São Paulo partilhava, com Minas Gerais, da sua influência na política e na administração do País. Já antes da crise de 1929, a política de valorização do café, do governo de Washington Luís, encontrava adversários até mesmo dentro do próprio Partido Republicano Paulista (PRP), que reunia a burguesia cafeeira de São Paulo.

Ao se aproximarem as eleições presidenciais, o PRP indicou, para suceder a Washington Luís, o ex-presidente do Estado, líder do governo na Câmara e maçom Júlio Prestes de Albuquerque, deixando de lado dois nomes de grande projeção nacional: Borges de Medeiros, ex-presidente do Rio Grande do Sul, e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais. Este último, então, passou à franca oposição, estabelecendo, com o Rio Grande do Sul, uma coligação política denominada “Aliança Liberal”, que lançaria a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa, para combater a de Júlio Prestes-Vital Soares.

A 1º de março de 1930, realizadas as eleições, venceu como era esperado, a máquina eleitoral do PRP, tendo, em ambos os lados, funcionado a fraude eleitoral. A oposição, então, começou a conspirar para promover um levante armado contra o governo; e tendo, como estopim da revolta o assassinato de João Pessoa, a tiros, por João Duarte Dantas, por simples questões familiares, na Paraíba – Estado presidido por Pessoa – e sem nenhuma conotação política, mas que foi muito explorado pelos rebeldes.

Eclodida a revolta, em Porto Alegre, a 03 de outubro de 1930, ela culminaria em uma longa marcha ao Rio de Janeiro e com a deposição do presidente constitucional, Washington Luís, e a entrega do poder a Getúlio Dorneles Vargas, que governaria durante 15 anos consecutivos, primeiro como chefe do governo provisório, depois, como presidente constitucional e, finalmente, como ditador absoluto, até sua deposição, em 1945.

O estopim da revolta fora o assassinato de João Pessoa, governador da Paraíba, o qual fora candidato a vice-presidente na chapa de oposição, encabeçada por Getúlio Vargas. Pessoa foi morto a tiros, por João Duarte Dantas, por simples questões familiares da Paraíba – muito comuns na região Nordeste, na época – e sem qualquer motivo político; mas o fato foi matreiramente aproveitado pela oposição.



A revolta ocorreu em 03 de outubro, partindo dos três Estados ligados pela Aliança Liberal: do Rio Grande do Sul, partiam as tropas do Exército e da Polícia, comandadas pelo tenente-coronel Góis Monteiro; partindo da Paraíba, o capitão Juarez Távora conseguiu dominar todos os Estados do Norte e do Nordeste; e, em Minas Gerais, foram dominados os focos fiéis ao governo federal e as tropas revolucionárias ameaçavam os governos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo<sup>1</sup>.

E o que isso tem a ver com a Maçonaria?

O golpe de 1930 e a ascensão de Vargas ao poder teriam grande repercussão na Maçonaria brasileira, proporcionando-lhe um período de estagnação e, até, de involução, do qual está até hoje se recuperando.

No “Grande Oriente do Brasil”, Octavio Kelly, desencantado com a insistente oposição e as perseguições que lhe moviam, deixou o cargo, a 17 de junho de 1930, só retornando a 03 de julho, depois de promulgada a nova Constituição do “Grande Oriente”, a 19 de junho.

Em outubro de 1930, diante da convulsão social e política causada pelo golpe, que teve como consequências a implantação do estado de sítio e fechamento dos bancos, muitas Lojas Maçônicas suspenderam o seu funcionamento, até por dificuldades de ordem financeira<sup>2</sup>.

A respeito de Getúlio Vargas não ter sido maçom, ele provinha de uma família de maçons. Sobre isso, o pesquisador maçônico Hércule Spoladore<sup>3</sup> esclarece que:

*“Em 18 de setembro de 1942, foi Iniciado em uma sessão de emergência no Rio de Janeiro, na Loja Brasil sendo imediatamente elevado ao Grau 3 – por motivos políticos – o Coronel Manoel Viriato Dornelles Vargas, irmão carnal do ditador Getúlio Vargas, os quais também já tinham um outro irmão maçom, o Coronel*

---

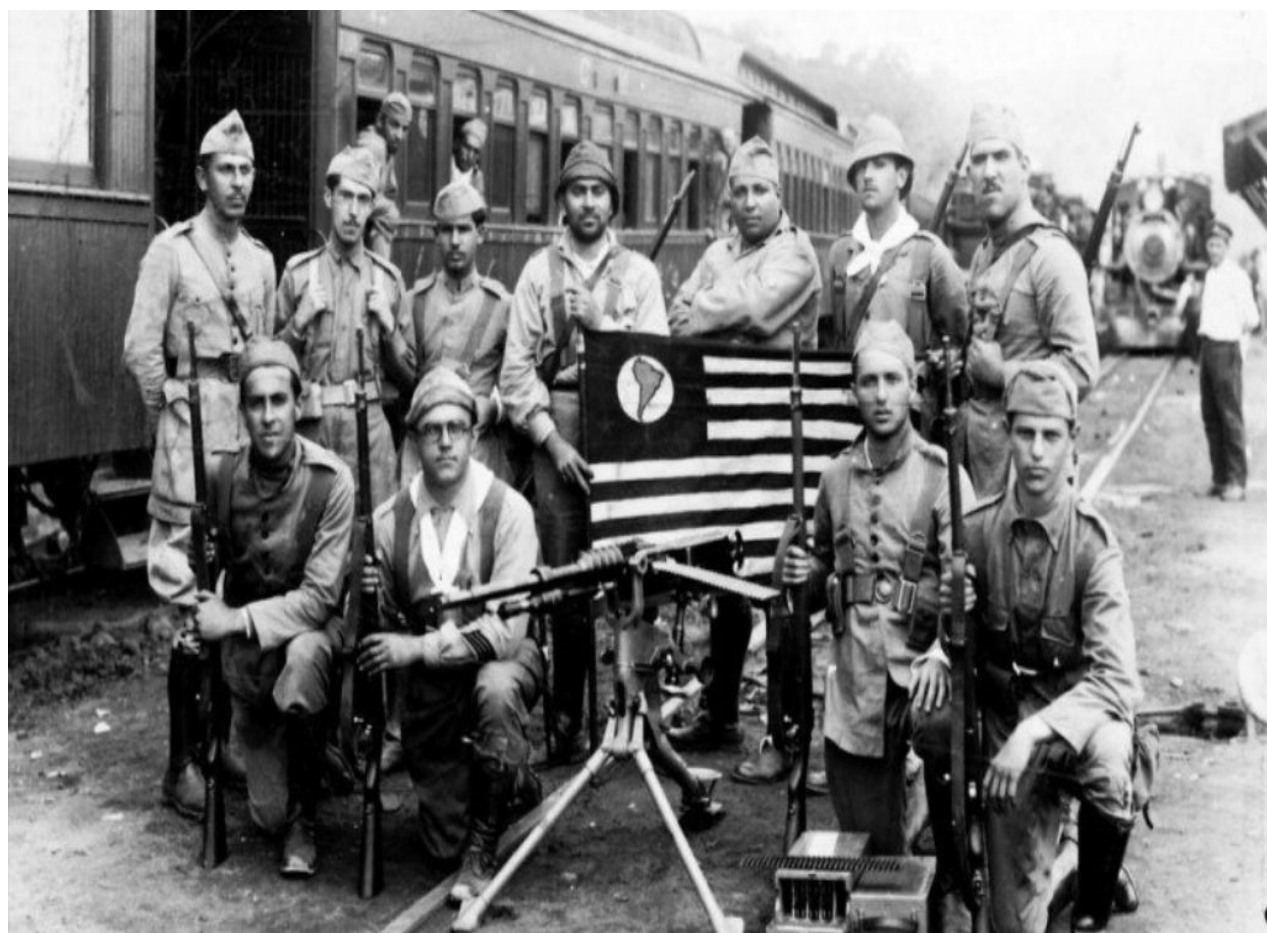
<sup>1</sup> (LOJA AMÉRICA, 2016).

<sup>2</sup> (CARVALHO, 2016).

<sup>3</sup> SPOLADORE (2016, p.20).

*Protásio Vargas. Acresça-se ainda que o irmão carnal Benjamin Vargas também foi maçom e o pai de Getúlio, o General Manoel Nascimento Vargas – herói da Guerra do Paraguai, e combatente da Revolução Federalista ao lado das forças legalistas, foi Iniciado em São Borja, no dia 24 de agosto de 1876, na Loja Vigília e Fé”.*

## **A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA (1932)**



Já a partir do início de 1931, da pena do advogado, jornalista e tribuno Ibrahim Nobre, maçom originário da Loja “Fraternidade” de Santos, saíam críticas mordazes contra o golpe; e a situação social, trabalhando o brio e promovendo a união dos paulistas contra o Governo Federal, publicadas no jornal paulista “A Gazeta”.

Um claro exemplo dessa manipulação do ego dos paulistas, que mais tarde seria utilizada como arma para promover a Revolução Constitucionalista de 1932, foi o texto de Ibrahim Nobre<sup>4</sup>, publicado no jornal “A Gazeta”, em 1931:

*“Terra Paulista! Da tua carne, massapé e honesta, do teu ventre de Mãe, fecundo e são, veio a alma que realizou a nacionalidade, imprimindo-lhe o sentido da Independência e os rumos católicos da Civilização. De ti proveio o homem que defrontou a natureza peito a peito e que a venceu e a dominou a facção e a fé! Tu deste geografia ao Brasil! Essa terra toda, que aí se estende e se esparrama e se perde por esse mundo grande de Deus, tudo isso tem os seus limites demarcados, não apenas pelos rios que se vadearam, pelas grimpas transpostas, pelas florestas vencidas! Mas, sobretudo, pelas sepulturas dos teus filhos, Minha Terra! Balizas! Picadas! Cruzes!*

*Paulistas, paulistas, paulistas”!*

Em 1932, vivia, o Brasil, sob o regime implantado pelo golpe de 1930. Neste ano, o país já enfrentara uma conturbada situação político-social, quando a oposição ao governo da República já vinha se movimentando desde as eleições de março, vencidas pelo candidato oficial, Júlio Prestes de Albuquerque, conspirando, para promover o levante armado contra o governo.

Não bastasse isso, voltara a ser tensa a situação político-social do país, pela demora do Governo Provisório, do caudilho Getúlio Vargas, em providenciar uma nova Constituição ao Brasil.

À euforia dos primeiros momentos após o golpe, sucedia o desencanto, seguido da inquietação, que acabaria envolvendo os meios maçônicos.

E essa inquietação, com a conseqüente agitação dos meios sociais, era mais forte em São Paulo, onde existia intensa propaganda contrária ao Governo de Getúlio Vargas, levando à extrema irritação os que, anteriormente, eram os mais

---

<sup>4</sup> (LOJA AMÉRICA, 2016).

fervorosos adeptos do levante, ou seja, os membros do Partido Democrático, os quais se sentiam esbulhados do poder, por interventores militares e estranhos ao Estado de São Paulo.

No início de 1932, então, o pensamento da população de São Paulo seria cristalizado na expressão "*Civil e Paulista*", repetida pelos meios de comunicação, externando o desejo de ter um interventor federal que não fosse militar e que fosse de São Paulo.

A 03 de março, ouvindo o clamor dos paulistas, o ditador nomeava, para o cargo, o embaixador Pedro de Toledo, ex-Grão-Mestre do "Grande Oriente Estadual" (1908-1914), o qual assumiria no dia 07 do mesmo mês.

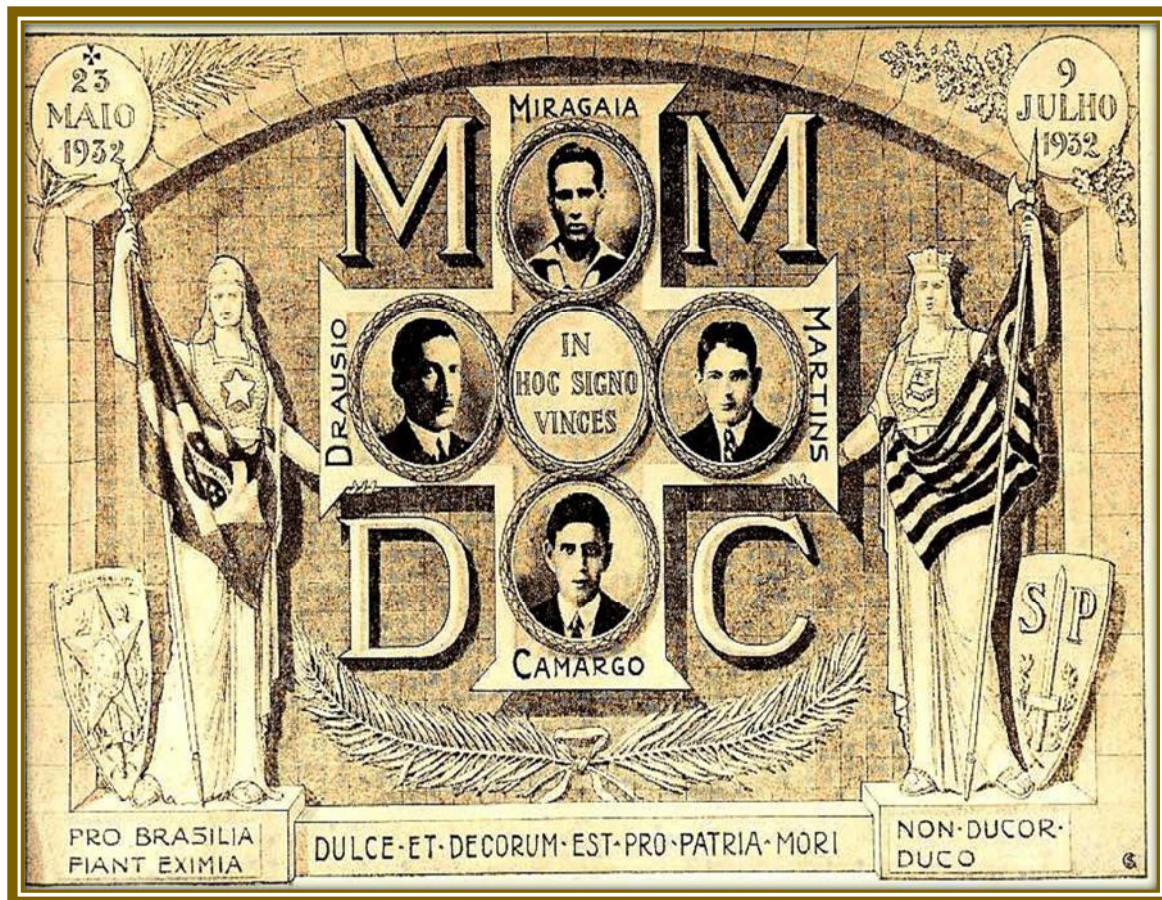
Essa indicação, todavia, não serviu para aliviar o mal-estar e a tensão reinantes em diversos pontos do país, começando, dessa maneira, a fermentar a revolta.

As reuniões preparatórias do movimento foram levadas a efeito na sede do jornal "O Estado de São Paulo", fundado, em 1875, com ideias republicanas, pelos maçons Américo de Campos (Loja "América"), Francisco Rangel Pestana (Loja "América"), Manoel Ferraz de Campos Salles (Loja "Sete de Setembro") e José Maria Lisboa (Loja "Amizade"). Nessa época, o jornal era dirigido por Júlio de Mesquita Filho (Loja "União Paulista II"), que se tornaria um dos principais líderes do movimento.

O estopim da revolta foi aceso na data de 23 de maio de 1932, quando, durante uma manifestação, na Praça da República, alguns jovens: Mário Martins de Almeida, Amadeu Martins, Euclides Miragaia, Dráuzio Marcondes de Sousa e Antônio Américo de Camargo – cujos nomes (Martins, Miragaia, Dráuzio, Camargo) deram origem ao "M.M.D.C." – foram mortos pela polícia política da ditadura, entrincheirada nos altos de um prédio da Rua Barão de Itapetininga. No mesmo dia, era reorganizado o secretariado do governo paulista<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> (LOJA AMÉRICA, 2016).



O "M.M.D.C." foi organizado como sociedade secreta, na Capital de São Paulo, um dia após o incidente, a 24 de maio de 1932, tendo sido projetado durante um jantar no Restaurante Posilipo, pelos maçons Aureliano Leite, Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, Paulo Nogueira e Prudente de Moraes Neto, aos quais se juntaram, em reunião posterior, no Clube Comercial, Cesário Coimbra, Antônio Carlos Pacheco e Silva, Francisco Mesquita, Edgard Batista Pereira, Francisco A. Santos Filho, Bernardo Antônio de Moraes, Alberto Americano, Roberto Victor Cordeiro, Carlos de Souza Nazaré, capitão Antônio Pietcher, Bueno Ferraz, José A. Telles de Mattos, Gastão Grossé Saraiva, Herman de Moraes Barros, Flávio B. Costa, Moacyr Barbosa Ferraz, Bráulio Santos, Waldemar Silva, Jorge Rezende, e Thiago Mazagão Filho. Inicialmente, a sociedade foi chamada "Guarda Paulista", depois renomeada como "M.M.D.C.", em homenagem aos jovens mortos a 23 de maio.

Na fase de conspiração, que levaria ao movimento de 09 de julho, organizaram-se pelotões de voluntários, distribuídos por toda a Capital. Durante o desenrolar da luta, a 10 de agosto, pelo Decreto nº 5627-A, o governo do Estado oficializou o “M.M.D.C.”, cuja direção foi entregue a um decenvirato, presidido por Waldemar Martins Ferreira, Secretário da Justiça, e tendo, como superintendente, Luís Piza Sobrinho.

Inicialmente instalado na Faculdade de Direito, foi, depois, para o antigo Fórum, na rua do Tesouro, e para o prédio da Escola de Comércio Álvares Penteado.

Durante o movimento constitucionalista, o “M.M.D.C.” cuidou da intendência geral, das finanças, da direção geral do abastecimento, dos departamentos de engenharia, de saúde, de propaganda e militar, do correio militar e dos serviços auxiliares<sup>6</sup>.

Estranhamente, em sessão do dia 25 de maio, da Loja “Piratininga”, para a eleição da administração, no período 1932-1933, nada se comentou sobre esse fato marcante, preferindo, os obreiros, deter-se sobre uma crise no “Grande Oriente do Brasil”, onde rebeldes contestavam a autoridade do Grão-Mestre, Octávio Kelly, ao qual a “Piratininga” apoiava, totalmente, na Assembleia Geral.

O maçom Júlio de Mesquita Filho, depois de ter conseguido organizar uma frente única dos partidos de São Paulo, entrou em entendimento com líderes da “Frente Única Sul Rio-Grandense”, nas pessoas dos maçons João Neves da Fontoura e Glicério Alves. Pelo Rio Grande do Sul, com concordância do interventor, Flores da Cunha, foi firmado um pacto entre paulistas e Rio-Grandenses, o qual obrigava ambos a recorrer às armas, caso o interventor de qualquer um dos dois Estados fosse destituído, ou se houvesse a substituição do General Andrade Neves do comando da região militar do Rio Grande do Sul, ou do General Bertholdo Klinger, da guarnição de Mato Grosso.

---

<sup>6</sup> (LOJA AMÉRICA, 2016).

O governo ditatorial reagiu ao movimento, tentando asfixiar o Estado de São Paulo e, enquanto o governo paulista prevenia-se, para não sofrer um golpe de surpresa, na Capital Federal, vários fatos políticos e militares levavam à exoneração do Ministro da Guerra, a 28 de junho, com a nomeação do general Espírito Santo Cardoso, há muito tempo reformado e afastado da tropa. Isso suscitou a revolta de Klinger, externada num agressivo ofício, datado de 1<sup>o</sup> de junho, dando conhecimento do que resolvera, a Pedro de Toledo.

Exonerado por isso, estava criado o motivo suficiente, que fora exigido por Flores da Cunha, para que o Rio Grande do Sul entrasse na luta. Ele, todavia, além de não cumprir o acordo, ainda enviaria tropas contra São Paulo.

Em reunião realizada no dia 07 de julho, com a presença de Francisco Morato, Ataliba Leonel, Sílvio de Campos, coronel Júlio Marcondes Salgado e general Isidoro Dias Lopes, ficou decidido que o levante aconteceria no dia 20, sob o comando de Isidoro e do coronel Euclides Figueiredo.

Pedro de Toledo ainda tentou evitar a revolta, mandando seu genro ao Rio de Janeiro, no dia 08, para conferenciar com Getúlio Vargas. Todavia, em nova reunião, nesse dia, resolveu-se deflagrar o movimento no dia 10, antes que chegasse a São Paulo o General Pereira de Vasconcellos, para assumir o comando da Região Militar.

E então, a 09 de julho, um sábado, a “Revolta Constitucionalista” ganhava as ruas.

Embora algumas obras didáticas situem o início do movimento às 24 horas desse dia, ele eclodiu, de fato, às 11:40, sob o comando do maçom Euclides Figueiredo, com a tomada do Quartel-General da 2<sup>a</sup>. Região Militar. No mesmo dia, às 23:15, as sociedades de rádio eram tomadas por civis e, a partir das 24 horas – daí a confusão de alguns autores – começava a ser repetida ininterruptamente a seguinte mensagem:

*“De acordo com a ‘Frente Única Paulista’ e com a unânime aspiração do povo de São Paulo e por determinação do general Izidoro Dias Lopes, o coronel Euclydes Figueiredo acaba de assumir o comando da 2ª. Região Militar, tendo como Chefe do Estado Maior o coronel Palimércio de Rezende. A oficialidade da Região assistiu incorporada no QG à posse do coronel, nada havendo ocorrido de anormal. Reina em toda a cidade intenso júbilo popular e o povo se dirige em massa aos quartéis, pedindo armas para a defesa de São Paulo”.*

No dia 10, o interventor e maçom Pedro de Toledo era aclamado, pelo povo, pelo Exército e pela Força Pública, governador de São Paulo.

No dia 12, o general Bertholdo Klinger, outro destacado maçom, desembarcava na Estação da Luz e, no QG da 2ª. Região Militar, na Rua Conselheiro Crispiniano, diante do microfone da Rádio Educadora Paulista, recebia o comando da região de São Paulo, transmitido por Euclydes, que, na tarde do mesmo dia, iria para Cruzeiro, onde assumiria o comando da vanguarda das tropas constitucionistas.

Deixados sozinhos, na luta pela Constituição e pelo Brasil, os combatentes de São Paulo, sem recursos, iriam resistir durante três meses. Sem o esperado apoio de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, as tropas paulistas, que ocuparam o vale do Paraíba, ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil, não conseguiram avançar além da divisa com o Estado do Rio.

O bloqueio do porto de Santos e a grande concentração de forças federais, vindas de todos os Estados, venceram a resistência dos soldados paulistas, graças ao esgotamento de todos os seus recursos.

E a 28 de setembro, a luta chegava ao fim.

Sem que o governo civil fosse consultado, Klinger enviou emissários aos adversários, com propostas de paz e um telegrama a Vargas propondo a suspensão do conflito.

Fracassados os entendimentos, porque os termos do armistício eram humilhantes para São Paulo, elementos do comando geral da Força Pública – seu comandante, Júlio Marcondes Salgado, extraordinário defensor da causa paulista, havia falecido num estúpido acidente com uma granada – sob o comando do Coronel Herculano Silva, assinaram a vexatória rendição, na noite de 1º para 02 de outubro, submetendo-se ao governo ditatorial, em troca de vantagens para os seus oficiais.

Herculano foi indicado para assumir o governo e, no dia 02, às 15:30, mandava três oficiais ao palácio dos Campos Elíseos, para depor Pedro de Toledo.

Segundo reportagem de Silveira Peixoto<sup>7</sup>, em “A Gazeta”, de 03 de outubro de 1932:

*“O extraordinário paulista, Pedro de Toledo, nesse dia, recebia, com extrema dignidade e serenidade, a desgraça que se abatia sobre si e sobre São Paulo, dizendo, apenas: ‘São Paulo não foi derrotado! Fomos traídos e vencidos no campo das armas! Os ideais que nos levaram à luta, porém, serão vitoriosos’.*

*Por volta das 18 horas do dia 02, quando se preparava para deixar os Campos Elíseos, ele ouvia a voz do tenente Cândido Bravo, rompendo o pesado silêncio, que cercava o fim de um sonho: ‘Senhor governador, estaremos sempre juntos’. Emocionado, Pedro de Toledo respondia: ‘Nem poderia ser de outra forma! Estamos com São Paulo’”.*

A voltar, a Loja “Piratininga”, à plena atividade, a 03 de novembro, o Venerável Mestre comunicava que, embora tivesse, a Loja, deixado de funcionar por determinação superior – do “Grande Oriente de São Paulo”, dirigida a todas as suas Lojas – a sua diretoria havia continuado a se reunir, semanalmente, para tomar conhecimento do expediente e para resolver os assuntos mais urgentes.

---

<sup>7</sup> (LOJA AMÉRICA, 2016).

E Vaz de Oliveira<sup>8</sup>, interpretando o pensamento da “Piratininga” e de todo o povo paulista, afirmava que:

*“Não poderia deixar de saudar ao povo paulista pela dedicação, patriotismo e heroísmo, que tão fortemente demonstrou na guerra em que se empenhou, heroísmo que igual, quanto maior, em nenhuma guerra aponta a história, mesmo na mundial, bem como não pode ser apontada maior traição do que a sofrida pelos paulistas, para cujos traidores deve todo maçom cômico dos seus deveres, evitar convívio, votando-lhes desprezo”.*

## **A CONSTITUINTE DE 1934**



Em novembro de 1933, diante da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que era a aspiração dos paulistas, no movimento de 1932, a notícia foi saudada pelos obreiros da Loja “Piratininga”.

---

<sup>8</sup> (LOJA AMÉRICA, 2016).

E o Orador, Ramon Roca Dordal<sup>9</sup>, propôs a inserção, em ata, de um voto de louvor e aplauso, por aquela instalação. Aprovada, unanimemente, a proposta, Alexandre de Albuquerque afirmaria que havia votado como paulista de coração e na qualidade de ex-combatente, mas propunha um adendo àquela resolução: que o voto de louvor e aplauso fosse extensivo ao fato da volta, a São Paulo, do Irmão Pedro de Toledo, que havia sido exilado.

Em 1934, no dia 23 de maio, emblemático para a alma paulista, depois de cumprimentos ao Irmão do quadro, Alexandre de Albuquerque, pela homenagem que recebera do Instituto de Engenharia, como um importante engenheiro civil de São Paulo e pela sua atuação na “Revolução Constitucionalista”, Guilherme de Carvalho<sup>10</sup>, dizendo que aquela era a “*data do aniversário da libertação paulista*”, pedia que a sessão fosse encerrada, em homenagem a ela e aos jovens mortos em 1932.

E Roca Dordal<sup>11</sup>, inflamado, referia-se:

*"[...] à posição injusta em que, por todos os meios, procurava a ditadura colocar São Paulo, que, muito embora vencido nos seus altos desideratos pela eventualidade de circunstâncias ligadas à força, assim não se considerava; devido a nobreza da causa que defendera, e graças a sua força moral, ao progresso a que soube elevar-se, conseguiu o fim que almejava, e mantém-se firme e admirável na conquista do justo e do direito, não só para o seu bem, mas para o do Brasil – não discrepou do lugar de destaque em que o colocaram os seus antepassados; antes mesmo continuou o seu traçado de luta e de glória, impondo-se à admiração mundial".*

Terminou a sua fala, com a citação de um pequeno trecho do vibrante "Minha Terra", oração de bandeirantismo do Irmão Ibrahim Nobre, o tribuno de São Paulo.

---

<sup>9</sup> (LOJA AMÉRICA, 2016).

<sup>10</sup> (LOJA AMÉRICA, 2016).

<sup>11</sup> (LOJA AMÉRICA, 2016).

Fazendo jus ao seu título distintivo, na São Paulo de Piratininga, a Loja firmava-se como a Piratininga de São Paulo.

Em julho, promulgada a nova Constituição brasileira, pela qual lutara São Paulo, em 32, Roca Dordal<sup>12</sup> tecia comentários sobre a Instituição Maçônica e a luta de São Paulo:

*“A reunião de quatro confrarias, em Londres, em 1717, dá origem à Maçonaria – que um grupo de homens destemidos, fortes, cansados da tirania e da escravidão, que envolvia a nação e, podemos dizer, a Europa, resolveram traçar novos princípios regeneradores dos costumes da Humanidade sofredora. É a Maçonaria – que em breve seria forte bastante para pôr um dique ao despotismo universal. Mas essa seita, essa reunião de homens de ideais e de vontades inquebrantáveis, teve de preparar sua luta sem tréguas ao obscurantismo e à opressão. Agrupados esses homens de costumes puros, de energia e coragem para os mais duros sacrifícios, entraram a pregar no meio da sociedade com o mais absoluto sigilo, escolhendo os homens, que dedicados até ao sacrifício, desejavam uma Humanidade melhor. E o sacrifício é necessário! Não há na história da Humanidade uma conquista que não custasse rios de sangue e sacrifícios sem conta, àqueles que primeiro se opuseram ao arbítrio e à tirania. São Paulo recolhe os benefícios de uma Constituição, pelo sacrifício dos que não se submeteram ao capricho de uma ditadura, de um poder discricionário e tirânico. É o fim que almejavam os sinceros maçons, cujos sacrifícios serão pequenos, em face da vitória alcançada”.*

Infelizmente, a frágil Constituição de 1934, não garantiria a continuidade de um regime realmente democrático, como viria a comprovar o golpe de 10 de novembro de 1937.

---

<sup>12</sup> (LOJA AMÉRICA, 2016).

## ***OUTROS FATOS RELEVANTES DE 1934 ATÉ 1960***

Da Revolução de 1930 até a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília, inaugurada pelo Presidente Juscelino Kubitschek em 1960 poucos fatos estratégicos foram dignos de nota em relação à Maçonaria brasileira<sup>13</sup>.

Driblando as escaramuças ideológicas, Vargas, por meio da docilidade do Congresso, não tardou a dar o golpe de Estado. E este aconteceu a 10 de novembro de 1937, quando foi dissolvido o Congresso, extintos todos os partidos, extinta a Constituição de 1934 e publicada uma nova Constituição de cunho autoritário. Estava implantada a ditadura do Estado Novo.

Isso iria repercutir em todas as instituições sociais brasileiras, não sendo, o “Grande Oriente do Brasil”, uma exceção. O fechamento da Maçonaria foi aconselhado ao governo, a 25 de novembro de 1937, 15 dias após o golpe.

Em 1941, as Lojas Maçônicas que haviam permanecido fechadas desde a implantação do Estado Novo, em 1937, procuravam voltar à sua normalidade, embora sob a mira dos beleguins da ditadura, infiltrados na própria instituição, e embora sob o peso de decretos maçônicos castradores da liberdade de manifestação do pensamento.

A 22 de agosto de 1942, em vista da série de torpedeamentos dos navios mercantes por submarinos alemães, o Brasil, por nota ministerial, reconheceu o estado de guerra com os países do Eixo, pensando-se então no envio, à Europa, de uma Força Expedicionária Brasileira.

---

<sup>13</sup> (CARVALHO, 2016).

Em todo o desenrolar da guerra, como acontecera durante o primeiro conflito mundial, havia intensa movimentação e comunicação maçônicas entre Obediências.

Em abril de 1943, atendendo à solicitação do governo, o “Grande Oriente do Brasil” recomendava, às Lojas, que adquirissem bônus de guerra, para auxiliar o esforço bélico dos países aliados.

Com o fim da guerra, o ditador Getúlio Vargas acabou sendo deposto por um golpe de estado, a 29 de outubro de 1945.

Em 24 de junho de 1953, foi eleito Grão-Mestre o almirante Benjamin Sodré, filho do ex-Grão-Mestre Lauro Sodré, tendo como Adjunto Cyro Werneck de Sousa e Silva, que seria Grão-Mestre a partir de 1955. A matriz positivista ainda dava as cartas no “Grande Oriente do Brasil”<sup>14</sup>.

Getúlio Vargas voltaria ao poder por eleições diretas em 1950.

Em meados de 1954, o Brasil passava por um dos grandes traumas de sua existência, o qual propiciaria uma grave crise política e institucional. Surgiram denúncias e mais denúncias de escândalos administrativos, aproveitados pela oposição, à frente da qual se destacava o jornalista e deputado Carlos Lacerda, filho do político e maçom Maurício de Lacerda.

No dia 04 de agosto de 1954, ao retornar de uma conferência, Lacerda foi vítima de um atentado a tiros, no qual foi morto um oficial da Aeronáutica. E a situação iria se tornar extremamente grave quando o inquérito, então instalado, mostrou que o assassino era dirigido por um serviçal do presidente.

---

<sup>14</sup> (CARVALHO, 2016).

E então Getúlio, a 23 de agosto, crendo que venceria a crise, com um pedido de afastamento temporário, viu na manhã seguinte que isso não satisfazia a oposição. Sem poder, então, contornar a crise, suicidou-se, em 24 de agosto, com um tiro no coração.

Assumindo em meio à crise e ao trauma gerado pelo gesto de Vargas, o vice-presidente João Café Filho presidiu a eleição do novo presidente da República. Foi eleito, então, o ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, tendo como vice-presidente João Goulart. Os quais tomaram posse a 31 de janeiro de 1956.

Em 1957, o “Grande Oriente do Brasil” participava como Obediência internacionalmente reconhecida, do “Congresso Maçônico Internacional de Haia”, na Holanda. Na exposição, então apresentada, o Grão-Mestre Cyro Werneck discursou sobre a história do “Grande Oriente” e os reconhecimentos internacionais de que ele desfrutava, naquela época.

No governo da República, o presidente Juscelino Kubitschek, programando uma série de metas a serem atingidas, tinha como fundamental, a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, aspiração que, embora fosse muito antiga – lembrada, já, na Constituinte do Império, de 1823, e registrada na Constituição republicana de 1891 –, jamais fora levada avante. Em decorrência, entretanto, da firmeza do governo, lançando as bases de Brasília, a nova capital, no Planalto Central, várias entidades – e, entre elas, o “Grande Oriente” – começaram a planejar a futura mudança de sua sede central para o novo Distrito Federal, a qual será retratada com maiores detalhes mais adiante.

O ano de 1961 começava, para o Brasil, com a posse de um novo presidente da República, o Irmão Jânio Quadros, que durou apenas sete meses no poder, tendo renunciado em agosto de 1961. Isso desencadeou uma crise política sem precedentes na história republicana, envolvendo, também, o “Grande Oriente do

Brasil” –, pois, depois de o cargo ser entregue, na forma constitucional, ao presidente da Câmara Federal, Pascoal Ranieri Mazzilli, já que o vice-presidente João Goulart estava viajando pela Ásia, os ministros militares, considerando perigosa a entrega do poder a João Goulart – já que este era simpático ao comunismo – pediram ao Congresso Nacional a declaração de seu impedimento.

Seguiram-se alguns dias de apreensões, com vários segmentos da sociedade defendendo a intangibilidade do mandato do vice-presidente. O Grão-Mestre Cyro Werneck, em nome do “Grande Oriente do Brasil”, manifestou-se publicamente pelo respeito à Constituição, com a consequente posse de Goulart na Presidência<sup>15</sup>.

A campanha agressiva de Jânio Quadros e seu polêmico governo, contudo, serviram para despertar em muitos maçons o desejo de servir o país no terreno da política. Tanto isso é verdade que hoje existem Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Governadores, Prefeitos e Vereadores maçons espalhados por todo o país.

## O ESTADO DE MARACAJÚ



<sup>15</sup> (CARVALHO, 2016).

Curiosidade: em 1932, a cidade de Campo Grande, na época pertencente ao Estado de Mato Grosso, desejando conquistar a sua independência, viu na união com os paulistas a possibilidade de vitória e, em troca, a criação de um novo estado.

Criava-se, então, na cidade de Campo Grande, o “*Estado de Maracajú*”, que se posicionava na fronteira divisional com o Estado de Mato Grosso – movimento que era liderado pelo grupo conhecido como “*Ideal Divisicionista*”, controlado pelos líderes locais e classes dominantes compostas essencialmente por maçons e simpatizantes da Ordem.

A participação da Maçonaria local, portanto, foi decisiva para que o projeto fosse levado adiante, mesmo que na ilegalidade.

Com o fim da “Revolução Constitucionalista”, no entanto, o Estado de Maracajú foi dissolvido – mas ficou o cerne da divisão que iria acontecer de forma definitiva no ano de 1977, originando o atual Estado do Mato Grosso do Sul<sup>16</sup>.

Pode-se dizer, então, que a atual existência do referido estado, deve-se, em grande parte, às ações orquestradas pela Maçonaria lá em 1932.

## **A MAÇÔNICA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA (1956-1960)**

Muitos motivos levaram à construção de Brasília, uma nova Capital Federal para o Brasil em substituição ao Rio de Janeiro, que até então havia ocupado o posto. Na verdade, o interior do país, desde o período colonial se apresentava como um território em possível crescimento e de riqueza em expansão.

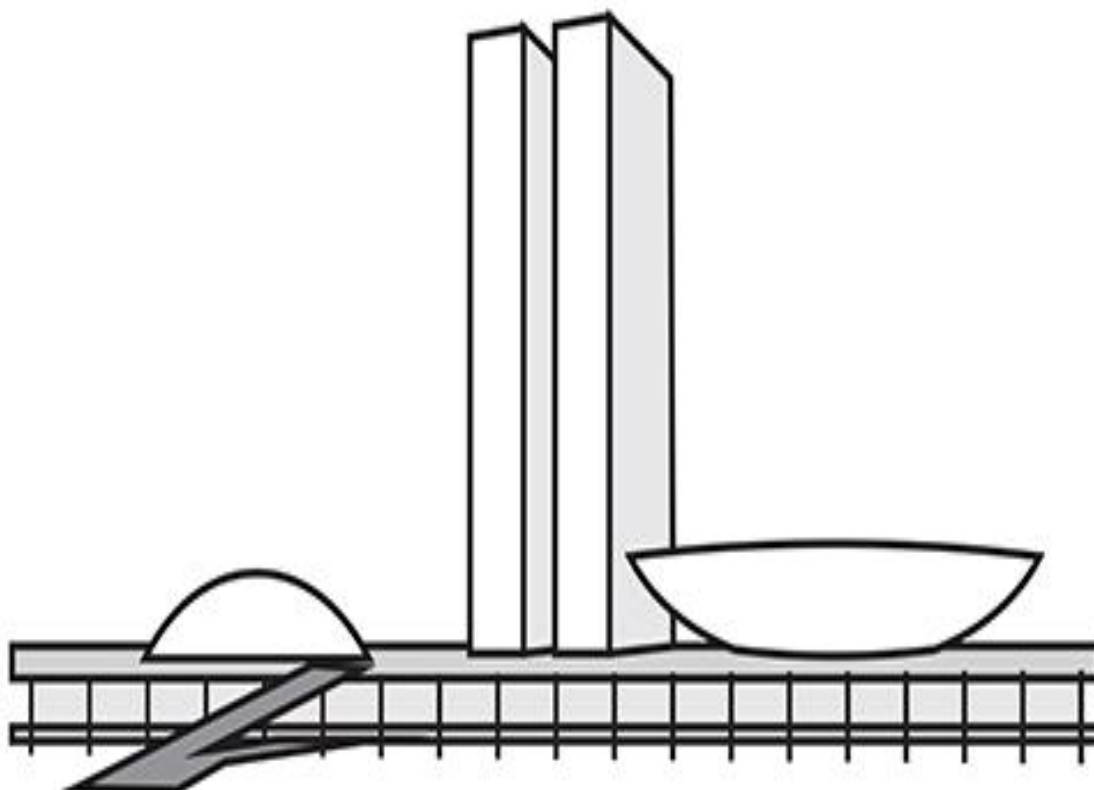
---

<sup>16</sup> SILVA (2005, p.02).

Assim, controlar o interior com a posse territorial e com a implantação de uma governabilidade local eram objetivos mais que necessários na objetivação da posse territorial plena pela Coroa Portuguesa.

Mudar a capital para o interior representava, portanto, além de levar o crescimento para outras regiões distantes do litoral, guardar a própria nação contra possíveis ataques das nações vizinhas<sup>17</sup>.

Ou seja, a construção da Capital Federal (Brasília) na segunda metade da década de 1950 não foi um projeto inovador, no sentido de que há muito tempo, desde a época da colonização portuguesa, já existia essa intenção e esse objetivo por parte dos governantes do Brasil, quer fossem brasileiros ou portugueses.



---

<sup>17</sup> (IBGE, 2014).

E qual foi a participação da Maçonaria neste audacioso projeto?

Didaticamente é atribuído ao maçom português conhecido como Marquês de Pombal os primeiros discursos em prol de uma mudança da capital do governo para um outro lugar.

Outros idealizadores da inusitada ideia também se destacaram nesse sentido: o Alferes José Joaquim da Silva Xavier (Tiradentes), o jornalista Hipólito José da Costa e o patriarca da Independência José Bonifácio de Andrada e Silva, todos notadamente membros da Maçonaria.

D. João VI, partindo da premissa de que a ideia era censo comum entre os principais intelectuais da época, também reconheceu a necessidade, quando da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808.

A ideia foi tomando vulto, até que em 1823 o maçom José Bonifácio encaminhou à Assembleia Constituinte do Império do Brasil a petição conhecida nos círculos acadêmicos como “*Memória Sobre a Necessidade de Edificar no Brasil uma Nova Capital*”, sugerindo, para sede, a comarca de Paracatu, em Minas Gerais, inclusive sugerindo, já naquela época, a adoção do nome de “Petrópolis” ou “Brasília”.

Outros maçons e personalidades historicamente reconhecidas de âmbito nacional, como o Visconde de Porto Seguro, logo aderiram à nobre causa, fazendo vários manifestos a respeito.

Inicialmente preferiam São João Del Rei, mas depois consideraram o Planalto Central como a área propícia para levar-se a cabo o projeto. Ainda seguindo essa linha de pensamento, em 1852, o maçom Holanda Cavalcanti apresentou ao Senado um projeto de lei dispondo sobre a construção da nova Capital, sendo mantido o topônimo de “Brasília”, sugerido por José Bonifácio<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> (IBGE, 2014).

O projeto, no entanto, não seguiu adiante.

Após a Proclamação da República (1889) acentuou-se ainda mais o anelo de transferir-se a Capital Federal. Instituída em 1891, na primeira Constituição da República Brasileira, a “*Missão Cruls*”, como ficou conhecida a “Comissão Exploradora do Planalto Central”, foi a primeira iniciativa oficial de se concretizar a mudança da Capital<sup>19</sup>.

Entre 1892 e 1894 até uma área já tinha sido delimitada, de 14.400 Km<sup>2</sup>, conhecida como “*Quadrilátero Cruls*”. Esses levantamentos serviram de base para uma vasta gama de projetos desenvolvidos posteriormente, com o intuito de demarcar o Planalto Central e retomar as ideias de mudança da Capital Federal.

No dia 07 de setembro de 1922 (aniversário de cem anos do maior feito da Maçonaria brasileira – a Proclamação da Independência), foi lançada a pedra fundamental da futura capital do Brasil.

Mas foi somente em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, que de fato a construção de Brasília pode ser efetivada. O presidente nomeou o maçom Israel Pinheiro, engenheiro e Deputado Federal pelo PSD para coordenar o projeto, do qual também fez parte o renomado maçom Oscar Niemeyer, nomeado diretor do Departamento de Arquitetura.

A construção de Brasília teve início no ano de 1956 e a sua inauguração no dia 21 de abril de 1960 – outra data de relevância maçônica, pois relembra Tiradentes e os maçons que fizeram a “Inconfidência Mineira” em 1792 – apenas quatro anos após o início das obras.

No sentido utópico, Brasília representava uma nova organização política, afastada das cidades antigas como o Rio de Janeiro. Seria o lugar onde as desigualdades teriam a chance de serem eliminadas.

---

<sup>19</sup> BRAGA (1997, p. 2).

Portanto, podemos concluir que, senão a Maçonaria como Instituição, maçons de diversas épocas foram os grandes responsáveis por trás do projeto visionário que propunha a mudança da Capital Federal do RJ para o interior do país e, posteriormente, também foram os encarregados da construção da mesma.

Desvende mais sobre a “*Maçônica História do Brasil*” nos nossos próximos trabalhos...



Acesse outros trabalhos do autor:  
<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

## BIBLIOGRAFIA

BRAGA, A. C. & FALCÃO, F. A. R. **Guia de Urbanismo, Arquitetura e Arte de Brasília**. Brasília, DF: Fundação Athos Bulcão, 1997.

CARVALHO, Willian Almeida de. **Pequena História da Maçonaria no Brasil**. Site Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://bibliot3ca.wordpress.com/pequena-historia-da-maconaria-no-brasil-william-almeida-de-carvalho/>>. Acessado em 08/02/2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distrito Federal: Brasília – Aspectos Históricos**. Biblioteca online. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/vizualizacao/dibs/brasil/brasil.pdf>>. Acessado em: 23/04/2016.

LOJA AMÉRICA. **A Maçonaria Paulista na Revolução de 1932**. São Paulo, SP: Site Oficial da Loja América. Disponível em: <[http://www.america.org.br/documentos/rev\\_const\\_1932.html](http://www.america.org.br/documentos/rev_const_1932.html)>. Acessado em 08/02/2016.

SILVA, Ricardo Souza da. **Mato Grosso do Sul: Povoamento, Memória e História**. In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, PR: ANPUH, 2005.

SPOLADORE, Hércule. **História do Rito Moderno**. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inform. nº 1900. Disponível: <[http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb\\_news-informativo\\_nr\\_1900.pdf](http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1900.pdf)>. Acessado em: 08/02/2016.